MUNICÍPIO DE AMARANTE

Aviso n.º 10921/2017

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e nomeação do júri do período experimental

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º, da parte preambular da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 191, de 4 de outubro de 2016, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2017, para o exercício de funções de assistente operacional — coveiro, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 1 da tabela remuneratória única, correspondente a 557,00 € com os trabalhadores José Fernandes Martins e José Manuel da Costa Monteiro.

Para efeitos do disposto no artigo 46.º da LTFP, foi designado o seguinte Júri do período experimental:

Presidente: Eng.º José Alexandrino Melo Matias Faria Vila Real, Chefe da Divisão de Conservação do Território;

Vogais efetivos: Eng.ª Eulália Maria Pinto Tomás, Técnica Superior, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Eng.º António José de Sousa Pereira, Técnico superior;

Vogais suplentes: Arq.ª Ana Cristina Alves Carvalho, Técnica Superior e Eng.º António Alexandre Ferreira Pinto, Técnico Superior.

3 de agosto de 2017. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães*.

310754657

Aviso n.º 10922/2017

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 28 de julho de 2017, ao abrigo do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e após acordo com a trabalhadora Ana Carina Martins Pereira da Cunha Velho, pertencente ao mapa de Pessoal do Município de Ponte da Barca, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna, na categoria de assistente operacional, com efeitos a partir de 22 de março de 2017, de acordo com o mapa de pessoal aprovado para o ano de 2017, mantendo o posicionamento remuneratório de origem, correspondente à posição remuneratória entre 01 e 02, nível entre 1 e 2, remuneração de 557 €.

14 de agosto de 2017. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães*.

310754827

Aviso n.º 10923/2017

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com os artigos 45.º e seguintes, da Lei supracitada, torna-se público que por despacho de homologação do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara de 28 de agosto de 2017, exarado na ata do júri responsável pela avaliação final, foi concluído com sucesso o período experimental da trabalhadora Cristina Costa da Silva, na categoria de Técnico Superior — área de Gestão, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência do procedimento concursal, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 187, de 24 de setembro de 2015.

31 de agosto de 2017. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães*.

310754787

Aviso n.º 10924/2017

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com os artigos 45.º e seguintes, da Lei supracitada, torna-se público que por despacho de homologação do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara de 28 de agosto de 2017, exarado na ata do júri responsável pela avaliação final, foi concluído com sucesso o período experimental da trabalhadora Teresa Sofia Alves Pereira de Paiva, na categoria de Técnico Superior — área de Gestão, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência do procedimento concursal, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 187, de 24 de setembro de 2015.

31 de agosto de 2017. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães*.

310754746

Aviso n.º 10925/2017

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e nomeação do júri do período experimental

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º, da parte preambular da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 187, de 24 de setembro de 2015, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2017, para o exercício de funções de Técnico Superior — área de Gestão, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória, nível 15 da tabela remuneratória única, correspondente a 1 201,48 € com a trabalhadora Maria Hermínia Coelho Moura.

Para efeitos do disposto no artigo 46.º da LGTFP, foi designado o seguinte Júri do período experimental:

Presidente: Dr.ª Clara Raquel Teixeira Pereira, Chefe da Divisão Financeira;

Vogais efetivos: Dr.ª Carla Mónica Marques Teixeira Pereira Afonso, Chefe do Gabinete Integrado de Fiscalização, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos e Dr.ª Carla Patrícia da Costa Fonseca, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos;

Vogais suplentes: Dr.ª Paula Rute Pinheiro Augusto, Técnica Superior e Dr. Tiago Filipe Teixeira Brandão, Técnico Superior.

1 de setembro de 2017. — O Vereador do Pelouro dos Recursos Humanos, *André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães*.

310754843

MUNICÍPIO DA AZAMBUJA

Aviso n.º 10926/2017

Projeto de Regulamento de Funcionamento do Complexo de Piscinas do Município de Azambuja

Luís Manuel Abreu de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, torna público que a Câmara Municipal de Azambuja, em reunião ordinária de 29 de agosto de 2017, deliberou submeter a período de consulta pública, pelo prazo de 30 dias úteis, o projeto de Regulamento de Funcionamento do complexo de Piscinas do Município de Azambuja, nos termos do estatuído no artigo 101.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

O prazo da consulta pública é contado da data da publicação do respetivo aviso na 2.ª série do *Diário da República.*

O texto está disponível para ser consultado no Portal do Município, em www.cm-azambuja.pt e na Unidade de Atendimento ao Público, sita na Travessa da Rainha, n.º 3, em Azambuja, das 09H00 às 16H30, bem como nas sedes das Juntas de Freguesia do Concelho.

Qualquer interessado pode apresentar, durante o período de consulta pública, por escrito, sugestões, que possam ser relevantes para o procedimento, as quais deverão ser dirigidas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e que poderão ser entregues na Unidade de Atendimento ao Público, enviadas para: Praça do Município, n.º 19, 2050-315 Azambuja, ou através do mail geral@cm-azambuja.pt.

31 de agosto de 2017. — O Presidente da Câmara, *Luís Manuel Abreu de Sousa*.

310754146

MUNICÍPIO DO BARREIRO

Aviso n.º 10927/2017

Elaboração do Plano de Pormenor da Quinta da Amoreira

Carlos Humberto Palácios Pinheiro de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, torna público, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial — RJIGT), que a Câmara Municipal do Barreiro, em reunião pública de 15 de fevereiro de 2017, de acordo com a Deliberação n.º 72/2017, deliberou, por unanimidade, proceder à Elaboração do Plano de Pormenor da Quinta da Amoreira, estabelecendo o prazo de 300 dias para a sua elaboração e um período de participação pública de